

# CRISE ECONÔMICA, POLÍTICA DE AUSTERIDADE E QUESTÃO URBANA NA AMÉRICA LATINA \*

Emilio Pradilla Cobos \*\*

Tradução de Maria Cecilia Lucchese

## 1. Crise econômica e política de austeridade (1)

Em 1968 termina a longa fase de expansão da economia capitalista mundial, iniciada em 1940 nos Estados Unidos e em 1946 na Europa capitalista e no Japão; e caracterizada por longas fases de impetuoso crescimento da produção e do mercado, perturbadas somente por curtos períodos recessivos e de pouca profundidade, que afetariam de forma não sincronizada e isolada a alguns países (por exemplo, Estados Unidos em 1950, Japão em 1965 e Alemanha Ocidental em 1966/67). A partir de então, entraria-se em uma **longa fase de recessão**, onde os períodos de depressão seriam profundos, de considerável duração e não reversíveis pelas curtas e débeis fases de expansão. De 1969 a 1971 a recessão golpearia a maioria dos países imperialistas, ainda que em diversos graus e sem simultaneidade, sendo sucedida por uma expansão de 1972 a 1973, por sua vez seguida por uma profunda recessão de 1974 a 1976, que, ao contrário da anterior, afetaria àqueles de forma generalizada e sincronizada. Uma nova expansão aconteceria em 1977/78 para dar rapidamente lugar, desde o final de 1979, a uma profunda crise na qual se debateu o capitalismo mundial até 1983 e que arrastou no seu bojo o conjunto dos países imperialistas e os colonizados, semi-colonizados e semi-industrializados.

A recuperação iniciada em 1983 nos países "desenvolvidos" é transmitida aos "atrasados", sobretudo aos semi-industrializados; porém é tão débil que em muitos deles a taxa de crescimento do produto interno bruto continua sendo negativa (como é o caso da América Latina de 1981 a 1984). Em finais de 1984, percebe-se uma perda de dinamismo nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o que nas condições conjunturais atuais poderá conduzir a uma nova recessão generalizada, golpeando duramente os países "atrasados", que não tenham conseguido se recuperar da fase anterior devido às determinações estruturais da crise (2).

Assim como o conjunto de países capitalistas, os latinoamericanos vivenciaram, após a Segunda Guerra Mundial, duas décadas e meia de crescimento econômico sustentado, sem estarem insentos contudo, de algumas fases recessivas que diminuíram o ritmo de acumulação ainda que não se houvesse chegado a taxas de crescimento negativo do PIB (por exemplo, de 1960 a 63 e de 1965 a 67). O PIB na região cresceu a uma taxa média anual de 5,1%, entre 1950 e 1960, e de 5,5% entre 1960 e 1970, sendo o ritmo particularmente intenso entre 1967 e 70, quando alcançou-se uma taxa de 6,6%, com a produção industrial como motor de crescimento (3), e com o capital estrangeiro como agente mais dinâmico no processo de "substituição de importação".

(\*) Texto apresentado ao Seminário La Investigación urbana en America Latina: caminos recorridos y por recorrer - Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito, Equador, setembro, 1987.

(\*\*) professor da Universidade Autonoma Metropolitana e Universidad Nacional Autonoma de México.



Neste período são gerados, ao mesmo tempo, os processos fundamentais e característicos da urbanização latinoamericana e suas principais contradições: a indústria, em rápida expansão, localiza-se nas grandes cidades que foram consolidadas no período agro-exportador, cujo crescimento reproduz de forma ampliada o desenvolvimento capitalista da agricultura, e que segue predominantemente a via “*junker*” ou latifundiária. Este é determinado pelas necessidades de aumentar o volume de exportações e gerar divisas necessárias à importação de maquinaria e matérias primas industriais, o fornecimento de matéria prima à indústria em maior quantidade e qualidade a um menor preço, e o produto agrícola para a nova população urbana, proletarizando apenas uma parte dos camponeses enquanto se expropria, pauperiza e expulsa grandes contingentes populacionais, que emigram para as cidades.

Nestas, o crescimento industrial em condições monopolistas e um desenvolvimento tecnológico com baixo consumo de força de trabalho, não terá necessidade de absorver a totalidade dos imigrantes, formando-se um enorme exército industrial de reserva que mantém baixos os salários do operariado e que sobrevive nos interstícios do sistema em atividades de subsistência variadas, submetidas ao capital. A população urbanizada, carente de renda permanente e suficiente para conseguir habitação adequada, satura os cortiços e pensões de áreas centrais e logo ocupa áreas periféricas para a construção de suas habitações, gerando as formas específicas que toma a questão da habitação na maioria dos países da região. Simultaneamente, a burguesia e a classe média em expansão determinam, com a implantação de suas empresas e bairros residenciais, o crescimento anárquico e disperso das cidades. O investimento estatal, que começa a ser nutrido pelo crédito externo crescente, é dirigido fundamentalmente para a criação de condições gerais de produção e circulação, enquanto aquele que é orientado para as condições gerais e particulares (habitação) de reprodução da força de trabalho situa-se muito abaixo das novas necessidades, surgindo assim os *deficits* que fazem parte das estruturas urbanas (4).

Ao contrário do que se poderia supor, a expansão capitalista não conduziu a um aumento dos salários dos trabalhadores nem a uma melhor distribuição de renda. Isto permite concluir que essa foi apoiada na exploração selvagem dos trabalhadores, explicada, de um lado, pelo grande volume de mais valia repatriada pelo capital estrangeiro e subtraída à acumulação interna, e pela debilidade do movimento operário frente a uma lei restritiva e a regimes políticos repressivos. As grandes cidades latinoamericanas converteram-se em locais de concentração das necessidades, carências e penúrias de condições de vida para os trabalhadores, o que determinou o desenvolvimento de manifestações de descontentamento popular e de formas organizativas e de luta do movimento de favelados (\*) e inquilinos pobres em vários países do continente.

Tomando a região como um todo, a década de 70 parece ter se iniciado sem mudanças substanciais no ritmo de crescimento do PIB: até 1974, foram mantidas taxas superiores a 6,5%, e naquele ano se chegou ao recorde histórico de 7,1%. Contudo, alguns países começaram a reduzir sua dinâmica entre 1968 e 1979. O início de uma longa fase recessiva apareceu mais como uma redução do crescimento do que como notório decréscimo (5). A

(\*) “colonos”, no original. “Colonias Populares” é a denominação dada a loteamentos periféricos mexicanos, que resultam de invasões (ou parcelamento de terras públicas cedidas à camponeses; áreas rurais originalmente) de terrenos públicos ou privados, urbanos ou rurais.



rápida recuperação dos países imperialistas alimentou a dos latinoamericanos e acelerou a acumulação dos que viviam seu “milagre econômico”. Mas o esgotamento começou a sentir-se em 1973, acentuado pelo *boom* dos preços do petróleo, iniciando-se a recessão generalizada em escala mundial que foi transmitida imediatamente aos países latinoamericanos, ao afetar suas exportações agrícolas, minerais e manufaturadas e agudizar suas contradições estruturais internas. O efeito do *boom* petrolífero foi contraditório para os países da região: recessivo para os importadores e expansivo para os exportadores, (Venezuela e Equador), que não entraram em recessão. No México, o *boom* se faria presente somente a partir de 1976. Em 1975, a recessão tornava-se generalizada e a taxa de crescimento caía para 3,1%. Desde 1972 a inflação iniciou um crescimento constante, mesmo nas fases de recessão, dando lugar ao fenômeno denominado “estagflação” – estagnação com inflação –, alimentada pela transposição de perdas ocasionadas pela recessão, para os consumidores devido a estrutura monopolista da produção, a permanente desvalorização monetária e à elevação dos custos dos meios de produção importados. Para compensar a redução da massa de divisas disponíveis, devido à queda dos preços dos produtos exportados e de seus volumes físicos, e para alimentar a acumulação e manter os gastos públicos e o consumo suntuoso da burguesia, acelera-se o ritmo de endividamento externo aproveitando-se a abundância de capital-dinheiro no mercado internacional e as facilidades de crédito tornadas possíveis pelos excedentes dos países imperialistas. Ao mesmo tempo, a América Latina perdia a relativa autonomia que chegou a possuir, entre 1965 e 1975, frente aos banqueiros internacionais e ao Fundo Monetário Internacional, e surgiam dentro deste panorama os **Planos de Austeridade** como remédio geral e universal para a crise, tendo como elemento fundamental a redução do salário real, via aumentos nominais menores que as taxas de inflação, para assim aumentar os lucros e financiar a acumulação por meio da super-exploração do trabalho assalariado. Esta política esteve intimamente ligada aos “milagres” econômicos de Brasil e Colômbia, antes de 1974.

Alimentada pela recuperação dos países imperialistas, a dos latinoamericanos começou a ganhar velocidade a partir de 1976, graças às exportações de petróleo, de minerais e agrícolas, e, sobretudo, ao crescente endividamento externo. Contudo, em 1979 os países imperialistas entraram na mais grave fase recessiva do período, transmitida aos latinoamericanos através de políticas desencadeadas pelos primeiros com a finalidade de controlar sua própria recessão:

a) A redução do volume físico e dos preços de matérias primas agrícolas e minerais, particularmente petróleo, e, paralelamente, a diminuição da massa de divisas disponíveis para manter a importação de maquinário, equipamento e matérias primas. De um índice de 136,1 em 1973, no momento do primeiro choque petrolífero (1980 = base 100), os preços caem para 69,6 em 1986 (6).

b) A elevação dos preços dos meios de produção adquiridos pelos países atrasados para a manutenção e reprodução da produção, deteriorando-se também por esta via sua capacidade de compra. A relação entre os preços de intercâmbio caiu 16,5% entre 1980 e 1985 (7).

c) A elevação das taxas de juros sobre a dívida pública e privada dos países latinoamericanos, cujo serviço drena uma parte considerável das divisas disponíveis para a acu-



mulação. A dívida externa do conjunto da região cresceu incessantemente – de 16 bilhões de dólares, em 1970, para 398 bilhões no momento atual (1987) – e seu serviço absorve 35% das exportações, chegando a 54,5% na Argentina em 1985 (8). Os países mais endividados são Brasil, México, Argentina e Venezuela, os semi-industrializados mais desenvolvidos. O quase total fechamento dos créditos à região significa, por sua vez, o freio às importações e a carência de divisas para o pagamento das já contratadas.

d) A política “reaganiana” de altas taxas de juros e super valorização do dólar, mantida até pouco tempo, incentivou a fuga constante e rápida de capitais latinoamericanos para os Estados Unidos e outros países desenvolvidos, que não foram reinvestidos rentavelmente na região devido à recessão, à hiperinflação e à desvalorização, e cuja saída reduz a disponibilidade para a inversão produtiva, tudo isso no marco de uma tendência especulativa financeira a nível mundial. Segundo a Reserva Federal dos Estados Unidos, em 1984, apenas nesse país cidadãos latinoamericanos teriam depositado em bancos uma soma equivalente a 57% da dívida externa da região, e o seu crescimento era superior a 100% ao ano (9).

e) A combinação de medidas protecionistas contra os países pobres exportadores e/ou seus produtos, e a imposição a estes de medidas de liberação de seus mercados internos, sua integração aos mercados livres e a eliminação ou redução de barreiras e tarifas alfandegárias, em benefício das exportações dos países desenvolvidos.

A taxa anual de crescimento do PIB na região começou a diminuir de 6,5% para 5,3% em 1980; 0,5% em 1981; -1,4% em 1982 e -2,4% em 1983, quando se chegou ao ponto mais profundo da crise (10), e quando esta já se havia generalizado por todos os países.

Paradoxalmente (pelo menos no marco das teorias da dependência), os mais submetidos à crise foram os países semi-industrializados e de maior desenvolvimento relativo. A agricultura, a mineração e a indústria, orientadas para a exportação, foram golpeadas pela contração da demanda mundial e a redução dos preços, determinando uma diminuição do investimento, da produção e do emprego.

A desaceleração da produção para a exportação produziu uma reação em cadeia no conjunto das economias, ao atuar sobre esta de três formas: redução da demanda de meios de produção (maquinário e matérias primas) de outros setores industriais; retração do mercado interno de bens-salário agrícolas ou manufaturados, pelo aumento do desemprego e queda dos salários; diminuição do montante de divisas disponíveis para a importação de meios de produção não produzidas localmente. O impulso recessivo amplia-se quando os setores então afetados revertem, por sua vez, estes fenômenos sobre outros ramos da produção. A rápida e constante desvalorização das moedas frente ao dólar transmite impulsos inflacionários através da aquisição de meios de produção do exterior, empurrando também para cima as taxas de juros. A constante e crescente elevação dos preços ao consumidor, cuja taxa anual de crescimento passa de 53,8% em 1979 para 275,3% em 1985, reduz drasticamente o mercado interno e gera uma superprodução de mercadorias, agora generalizada a todos os setores produtivos e à intermediação comercial e bancária.



As manifestações mais evidentes são:

a) O aumento do **desemprego aberto** gerado pela redução da produção e inversão, em todos os setores da economia rural e urbana, que se acrescenta às altas cifras de subempregados no campo e na cidade e cuja presença constitui um dos cortes estruturais do desenvolvimento capitalista latinoamericano (11).

b) Como resultado do aumento do desemprego urbano, da inflação galopante e da contenção dos aumentos salariais parte da política de ajustes ou austeridade impulsionada pelos governos e organismos internacionais; tem-se uma drástica queda dos salários reais dos trabalhadores (12).

c) A queda do produto interno bruto por habitante, cuja magnitude chega a retroceder a níveis de 1976. Levando-se em conta que a crise e a especulação financeira geram a concentração crescente da renda e a redução de parte da renda nacional entregue aos assalariados em relação àquela apropriada pelo capital, a pauperização da maioria da população revela-se muito maior. Isto traz como resultado a existência de 130 milhões de pessoas – entre elas 35 5 milhões menores de seis anos – que vivem na região em situação de miséria absoluta (13). Em síntese, um processo de pauperização absoluta dos trabalhadores.

d) Um aumento do grau de concentração monopolista determinado pela saída de pequenas, médias e, ainda, grandes empresas industriais, agrícolas e comerciais, da produção e do mercado, face à contração do mercado interno e externo e à concorrência desigual entre capitalistas; tendo como saldo óbvio uma presença maior do capital estrangeiro nas economias nacionais e regionais.

e) A crise fiscal determinada pela redução da tributação do capital, devido à recessão, e a redução da tributação aos trabalhadores, já que a inflação reduz o montante real de seus ganhos; a crescente carga da dívida externa e seu equivalente em moeda local, pela desvalorização monetária; e da interna; a queda das exportações e o fechamento das linhas de crédito externo com as quais eram financiadas “normalmente” no passado os *déficits* orçamentários ou os aumentos dos gastos públicos. Nestas condições, a tendência é substituir o crédito externo pelo interno, que aumenta proporcionalmente mais que a redução do externo.

f) A incapacidade dos governos da região para pagar o serviço da dívida externa, que, apesar das enormes somas já pagas, não deixa de crescer, mesmo que seu ritmo diminua relativamente. O “custo social”, da dívida mais exatamente, para os trabalhadores, é tão elevado que é impossível ocultá-la ou desconhecê-la.

Como já havia ocorrido na recessão de 1974 a 76, a crise financeira que se manifesta em 1982, pelas crescentes dificuldades, ou mesmo impossibilidade de se pagar o serviço da dívida, obriga aos governos latinoamericanos, com relutância ou de bom grado, a negociar com o Fundo Monetário Internacional e os banqueiros internacionais. Isto se torna possível mediante o compromisso de executar rigorosos programas econômicos de “ajuste”, “reordenação” ou mais exatamente, **planos de austeridade** inspirados naqueles aplicados desde o início da extensa fase recessiva nos países imperialistas, e que são colocados como so-



luções para a crise em seu conjunto (14). Segundo seus autores, teóricos e executores, o eixo central da política é constituído pela luta contra a inflação, essencialmente alimentada por um excesso de demanda, devido em grande parte aos salários "excessivamente altos" dos trabalhadores e ao desmesurado gasto público, particularmente aquele denominado "social". Os serviços públicos não rentáveis, muito subsidiados, carregam a responsabilidade pelos enormes *déficits* fiscais e pelo consequente recurso ao endividamento externo para equilibrá-los, que hoje se manifesta nos elevados custos de seu serviço e os resultantes *déficits* da balança de pagamentos (15).

Como consequência, o eixo central da austeridade é a redução do salário real dos trabalhadores. No seu componente direto, esta redução é feita mediante os "tetos salariais", que fazem com que o salário nominal cresça mais lentamente que o custo dos bens-salário; com o que, a médio ou longo prazo, o valor da força de trabalho será diminuída frente à mais valia, aumentando a taxa de exploração e, portanto, os lucros empresariais, cuja queda gerou a crise. Contudo, o objetivo formal de se reduzir a inflação é feito só em parte ou não é feito, pois não se atua sobre os outros determinantes da elevação dos custos, em particular a constante desvalorização monetária e as altas taxas de juros bancários, impulsionadas simultaneamente como componentes da política. Todavia, a pauperização absoluta ou relativa da população produz uma forte retração da demanda interna e da produção de bens e serviços, tornando recessiva a política de austeridade. A liberação de uma parte da produção agrícola e manufatureira, em especial de bens-salário e seu baixo custo, é, segundo os ditames da austeridade, a condição para competir com as mercadorias estrangeiras e aumentar as exportações para os países desenvolvidos, com o que se conseguiria aumentar as divisas para o pagamento da dívida externa; a melhoria dos termos de intercâmbio e da balança de pagamentos e de passagem baratear o consumo dos trabalhadores destes países, e portanto aumentar o lucro de seus empresários. A redução do salário real e os sobre-lucros obtidos pelo enorme diferencial salarial existente em relação aos países desenvolvidos, somado às jornadas de trabalho mais longas, as mais baixas contribuições sociais, ao controle sindical e a legislação trabalhista restritiva, e aos incentivos fiscais e alfandegários, etc., seriam aliciadores para a entrada de capitais estrangeiros interessados na "ensamblagem" de componentes ou produtos destinados ao mercado de países desenvolvidos. Este modelo, seguido por países do sudoeste asiático, é aplicado hoje por México, Brasil e outros países da área.

Ao aumento das exportações estão ligadas as políticas de rápida desvalorização monetária para baratear os produtos exportados e a chamada "reconversão industrial", ou modernização do aparato produtivo, para reduzir custos de produção e ter condições de competir no mercado internacional ou no interno, aberto pelas políticas de liberação do comércio. As contradições observadas são múltiplas: o efeito inflacionário da desvalorização; a elevação do montante da dívida externa; a carência de capital em divisas para a modernização; a diminuição da demanda interna, não coberta pela externa; o aumento do desemprego gerado pela substituição do trabalho assalariado pelos novos meios de produção (cibernética, robótica, sistema flexíveis de produção, etc.). A estas também, somam-se a dificuldade para manter um ritmo de modernização similar àquele realizado pelas grandes multinacionais nos países desenvolvidos; a exarcebção da concorrência entre os países imperialistas no mercado internacional e a que é realizada pelos países atrasados "ensambladores"; as me-



didadas protecionistas iniciadas pelos desenvolvidos, tendo como pano de fundo uma possível ou já iniciada guerra comercial; e, finalmente, a dependência do setor exportador em relação aos ciclos do mercado mundial na perspectiva de uma nova recessão generalizada. Por fim, o "sucesso" desta política não teve como resultado o aumento sensível das exportações, mas a diminuição das importações motivada pela escassez de divisas e a recessão da produção.

Na medida que o mercado mundial de capitais tem se fechado, ao mesmo tempo cresce o montante de juros a serem pagos pela dívida, é necessário, segundo a política de austeridade, reduzir o *déficit* fiscal para destinar a seu pagamento a maior parte dos fundos públicos.

Para isto se combinam várias medidas: redução do "gasto social": em educação, saúde, infraestrutura e serviços destinados aos trabalhadores, e aos subsídios concedidos com este fim; "saneamento e racionalização" das empresas públicas de serviços para torná-las auto-financiáveis no sentido capitalista; fixação de tarifas, segundo o custo de produção e do lucro médio para evitar transferências; etc. Em síntese, redução do salário indireto e postergado dos trabalhadores e, portanto, da massa de capital variável adiantado pela burguesia ao Estado para este fim. Outros aspectos do "ajuste" é a orientação do fundamental da inversão estatal que será necessária para a criação e manutenção das condições gerais da acumulação capitalista; do aumento da tributação sobre as rendas do trabalho e dos impostos indiretos ao "consumo", territoriais, etc., enquanto se reduzem àqueles aplicados ao capital e a seus lucros.

Parte substancial da "austeridade", no marco do neoliberalismo impulsionado pelos partidos no poder, nos países imperialistas é o "livre jogo das forças econômicas", aplicado, com poucas diferenças, pelos governos ditatoriais ou democráticos-burgueses semicoloniais latinoamericanos. Isto se manifesta na privatização das empresas estatais, em muitos casos cedidas às empresas transnacionais; no pagamento da dívida externa com ações de empresas locais; na liberação do mercado cambial; na diminuição dos subsídios aos bens essenciais e aos serviços e sua subordinação ao jogo do mercado. Finalmente, a política de altas taxas de juros e rápida desvalorização monetária pretendia aumentar a poupança; atrair a investimento estrangeiro e reduzir a fuga de capitais ou assegurar seu retorno. Porém, o que tem conseguido é acentuar o caráter especulativo e financista de economia e impulsionar a "dolarização" da poupança interna.

Sob esta base foi conseguida uma "renegociação" da dívida que, em última análise, significa o adiamento do problema e a entrega de empréstimos novos para o pagamento de juros. O beco sem saída em que se encontram devedores e credores é tão óbvio, que os bancos credores privados optaram por buscar mecanismos preventivos a uma inevitável insolvência, onde dezenas de bancos quebrariam em meio a uma ciranda financeira. Ainda que a região como um todo tenha alcançado modestas taxas de crescimento do PIB nos últimos três anos, os países semi-industrializados da região debatem-se na crise, enquanto que seus planos de "ajuste" fracassam um a um.

Ao mesmo tempo, nuvens negras se fecham sobre a economia capitalista mundial, que caminha para uma nova recessão mundial generalizada em meio a ausência de uma hegemo-



nia clara, da desordem monetária, das escaramuças da guerra comercial e a exacerbação da concorrência inter-imperialista. Se a economia mundial entrar em um novo "tobogan" recessivo, os países latinoamericanos, que ainda não tenham conseguido sair da fase anterior, afundar-se-ão um pouco mais no pântano, e seus trabalhadores descerão mais degraus na pauperização e no desespero (16).

## **II. A degradação das condições de vida nas cidades (17)**

Mais de uma década de crise e de austeridade capitalista aprofundou e reproduziu de forma ampliada os processos de urbanização e suas contradições gerados no auge da acumulação, e está determinando o surgimento de outros novos que, se a crise se prolongar como tudo parece indicar, irão tomar parte das estruturas urbanas e territoriais regionais.

O impacto da crise no setor agropecuário tem afetado duplamente a população trabalhadora rural: a redução dos investimentos e da produção agrária capitalista determinou a liberação de uma parte dos assalariados (operários ou semi-proletários temporários) que vieram engrossar a super população relativa do campo. Ao mesmo tempo, o conjunto de fenômenos descritos tem pauperizado a população rural, particularmente os camponeses meeiros, submetidos formal ou efetivamente ao capital. O resultado tem sido o crescimento de movimentos populacionais para os centros urbanos ou exterior, quando existem diferenças sensíveis de grau de desenvolvimento capitalista entre países limítrofes, como é o caso do México e América Central em relação aos Estados Unidos, o que tem levado ao endurecimento da política migratória neste último país. A guerra civil desenrolada na América Central aumentou o fluxo de refugiados para o México e Estados Unidos ou para seus próprios centros urbanos. Em geral, a crise está encerrando o ciclo de urbanização determinada pelo auge da acumulação capitalista do período histórico anterior. Ainda que as taxas de crescimento demográfico estejam decrescendo desde meados da década de 60 nos países em que eram elevadas, incluídas as urbanas, estas se mantêm superiores à média devido ao fluxo dos camponeses migrantes.

O aumento da demanda por condições de vida nas cidades continua devido ao crescimento da população urbana advinda da somatória das migrações e o crescimento natural da população já urbanizada. Os novos cidadãos e os desempregados gerados pela recessão vieram engrossar o exército de reserva e suas formas históricas de sobrevivência, ideologicamente denominadas "marginais" ou "informais". Seu crescimento, sua permanência e sua fixação territorial estão modificando tanto a fisionomia como o funcionamento das estruturas urbanas.

Poderia-se afirmar que uma parcela importante dos que subsistem nestas condições vivem de uma redistribuição da pobreza, enquanto que sobre esta parcela organiza-se uma camada de intermediários e controladores que enriquecem na base de uma espoliação de parte dos raquíticos ganhos de subsistência obtidos. A delinquência, e a insegurança urbana a ela associada, tem aumentado em relação direta à queda geral dos salários dos trabalhadores e o aumento da massa de desempregados e subempregados. As formas de submissão destas atividades ao funcionamento do capitalismo em crise são ainda pouco conhecidas. Porém, poderia se colocar a hipótese de que elas serviriam tanto para abrandar a redução do mercado interno e da realização de mercadorias, como para tornar possível a reprodução da força de trabalho em novos e inferiores níveis de fixação do seu valor. Nestas atividades,



pode ser observado um crescimento inusitado da participação de crianças, velhos e mulheres que, para apoiar a manutenção de suas famílias, tem que suportar as desumanas condições de trabalho que nelas imperam, incluindo a aberta ou velada repressão estatal ou policial.

Como em círculo vicioso, a grande magnitude do exército de reserva, aumentado pela recessão, converte-se em um fator a mais, somando os "tetos salariais", para diminuir o salário real e aumentar o lucro do capital. Ao mesmo tempo, essa magnitude é usada como forma de chantagem para frear as lutas defensivas dos trabalhadores.

Um dos efeitos do aumento do desemprego urbano e do arrocho salarial tem sido a diminuição do consumo de alimentos básicos e a elevação dos índices de desnutrição, particularmente entre as crianças. Este fato permite que os setores populares sejam mais facilmente afetados pelas doenças "urbanas": as gastroenterites derivadas da ausência de higiene no manuseio dos alimentos e a carência de água potável, e serviços sanitários aumentada pela crise; e as das vias respiratórias, produzidas pelas altas taxas de contaminação atmosférica.

A depredação do meio ambiente tem chegado a níveis críticos nas maiores cidades do continente e avança naquelas denominadas médias. Para reduzir os custos de produção, a indústria arrasa irracionalmente os recursos renováveis (porém, não renovados) e os não renováveis, enquanto sua própria extração cria fontes de contaminação (como é o caso da exploração do petróleo e siderurgia). Loteadores, construtores e empresas estatais devastam as terras agrícolas periféricas, deixando as cidades sem pulmões nem áreas verdes. As indústrias contaminam o ar, o solo e a água com seus dejetos, usando a crise como justificativa para a ausência de medidas saneadoras. O automóvel particular, cujo número cresceu rapidamente nos países semi-industrializados durante o auge, é o principal agente de contaminação atmosférica; a crise, ao reduzir o ritmo do seu crescimento, paradoxalmente permitiu que a poluição não se agravasse mais ainda. Apesar de toda a demagogia neste setor, os governos carecem de vontade política, de instrumentos e recursos para atuar eficientemente neste terreno. Contraditoriamente, os depósitos de lixo, contaminantes cemitérios de excrecências da sociedade do desperdício, servem de meio de subsistência para milhares de famílias carentes de qualquer outra forma de trabalho e do meio de enriquecimento de intermediários e caciques, muitas vezes em cónluio com as burocracias locais.

Os jovens e as mulheres são os setores sociais mais atingidos pela crise. Os primeiros, excluídos do sistema educacional; incapazes de ingressar no aparato econômico "formal"; alienados pela ideologia dominante e pelos meios de comunicação de massa, reprodutores da cultura imperialista; vítimas da lumpemburguesia enriquecida rapidamente pelo narcotráfico e a prostituição, tolerada e incrustada nos aparatos burocráticos e, em alguns países, pilar de uma economia subterrânea profundamente articulada com a superficial e formal; caminham de forma crescente para se tornarem viciados em drogas, para o alcoolismo, a prostituição e o banditismo urbano. A cidade é então compartimentada em territórios controlados pelo poder espúrio da violência e da opressão, excluindo anti-democraticamente o restante dos cidadãos, cuja a vida cotidiana é submetida à coerção. A mulher, submetida à dupla carga de trabalho doméstico e de desenvolvimento de atividades de subsistência de



todo tipo, em meio a uma cultura dominada pelo machismo ancestral é uma das vítimas mais evidentes da crise e da degradação de condições de vida nas grandes cidades . Sobre suas costas repousa além da atividade material ligada a reprodução da força de trabalho, a solução dos *déficits* de suas condições gerais, acabando por assumir um papel de protagonista na defesa da terra e da moradia e nas reivindicações das condições básicas de sobrevivência nas organizações de massas territoriais. Este papel tem sido positivo na medida em que tor na-se escola de consciência de classe nas práticas cotidianas.

Um dos setores do proletariado mais atingido é o da indústria da construção e de obras públicas. Este ramo foi muito afetado pela redução do investimento privado – incluída a parte relativa às construções –, o arrocho salarial da classe média consumidora de moradias, sob encomenda e sob formas capitalistas, e pela drástica redução do investimento estatal em condições gerais de acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho. Na medida em que este setor é um dos que mais utiliza mão de obra qualificada, sua crise, mais do que proporcionalmente global, reduz a absorção produtiva de migrantes e jovens, empurrando para o exército de reserva trabalhadores cuja a única e limitada qualificação se dá nesta atividade. A recessão econômica prolongada, a austeridade do gasto público e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores urbanos, e seu efeito sobre o mercado interno, tem repercutido na redução do ritmo de adequação das estruturas urbanas herdadas do passado e na expansão em direção à periferia determinada pelas atividades capitalistas privadas e estatais, particularmente pela renovação dos centros urbanos, nas quais o tempo de apropriação do solo e os seus custos, derivados do volume acumulado de rendas fundiárias e dos da construção, são mais elevados do que nas áreas de urbanização recente.

A escassez de moradia acompanhou estruturalmente o crescimento urbano na região (18). A crise vem agravando-a, incluindo nela setores de operários qualificados, empregados no comércio e burocratas, que até agora eram considerados como “camadas médias” com acesso, no passado, às moradias promovidas por organismos estatais ou à “habitação mínima de interesse social” produzida pela empresa privada. Isto ocorre pela combinação, que varia em cada país, dos seguintes processos:

a) Os preços do solo passíveis de edificação e urbanização aumentam a ritmos similares aos da inflação galopante; enquanto que uma massa de capitais ociosos é dirigida para a propriedade imobiliária, aproveitando a paralização conjuntural do mercado e acentuando o monopólio territorial, confiando num futuro auge que permita a recuperação, de forma acumulada e aumentada, do investimento especulativo.

b) Por outro lado, o Estado acentua suas políticas de limitação ou aberta repressão às ocupações ilegais do solo que constituíram no passado a “alternativa” para milhares de famílias urbanas sem teto.

c) O aumento do preço do solo e dos materiais de construção, a ritmos as vezes maiores que os da inflação, devido ao elevado grau de monopolização deste setor industrial e às altas taxas de lucro bancário ou hipotecário, de um lado; e, de outro, o arrocho dos salários reais da população trabalhadora, tem reduzido ainda mais do que no passado o acesso a “habitação adequada”.

d) Na moradia para locação, independente de sua idade, tende-se a fixar o montante



de renda-aluguel de acordo com aquele em vigor nas recém-construídas, já que o número de moradias de aluguel cresce mais lentamente do que a demanda, ou diminui, devido a sua deterioração ou venda, criando-se uma situação de monopólio que se manifesta na fixação dos aluguéis. Para fugir da legislação reguladora e tributária, multiplicam-se as formas contratuais ilegais, casos em que o inquilino não tem possibilidade de defesa legal.

e) Um dos efeitos do aumento do desemprego é a redução do número de contribuintes ou quotistas dos fundos habitacionais para os trabalhadores e dos "sujeitos de crédito" de outros organismos públicos, dado que ambas situações requerem estabilidade no emprego. A redução dos salários reais, no primeiro caso, e os efeitos do aumento dos custos, bem como a diminuição da "inversão social" estatal e o fechamento do recurso ao crédito externo, tem levado à redução do número de ações governamentais. A privatização do setor, ou procura de uma rentabilidade capitalista, seguindo o modelo dos bancos hipotecários, atuam no mesmo sentido.

f) Na conjuntura atual, a alternativa tradicional da auto-construção, mistificada por pesquisadores e burocratas estatais durante décadas (19), encontra-se limitada pelo controle sobre a ocupação ilegal do solo, pela queda da renda familiar, pelo desemprego e pela elevação dos custos dos materiais, ainda que sejam de segunda mão. Mesmo que muitos divulgados, os programas estatais de autoconstrução são muito limitados e seus custos tão elevados, que se colocam fora do alcance daqueles que são, supostamente, seus destinatários.

Nestas condições, vem se desenvolvendo fenômenos de encortiçamento e o aluguel de quartos de "fundo de quintal" nos bairros populares periféricos, como resposta, ao mesmo tempo, à demanda por moradia de baixo custo (ainda que onerosa em relação ao bem recebido) e à suplementação de renda do proprietário; que são em sua maioria integrantes do mesmo setor social dos inquilinos. Em síntese, um processo de favelamento e superocupação dos bairros populares.

Um dos componentes essenciais da austeridade anti-crise é a redução do "gasto social" do Estado, o que significa a diminuição do investimento em infra-estrutura e serviços sociais (condições gerais de reprodução da força de trabalho), tanto em quantidade como em qualidade, resultando em um aumento dos *déficits* frente a uma crescente necessidade, enquanto se mantém a orientação do gasto para as condições gerais de acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, a política de "autofinanciamento", "saneamento" e rentabilização das empresas públicas tende a elevar os preços ao consumidor e eliminar os "subsídios" ou transferências. Desta forma, realiza-se, pela via do salário indireto, um arrocho adicional do salário real dos trabalhadores e, a médio prazo, do valor da força de trabalho aumentando, indiretamente, a mais valia e os lucros empresariais.

A ideologia neoliberal e a prática de privatização das empresas capitalistas do Estado constituídas no passado e, ainda, as de serviços públicos, tem reduzido objetiva e subjetivamente a capacidade de intervenção na estruturação e funcionamento das cidades. Perante a dupla determinação do capital estrangeiro e dos governos dos países imperialistas, e dos capitais individuais locais, o capitalista coletivo ideal – o Estado nacional – cede o terreno



que tinha conquistado no período de expansão do capitalismo semi-colonial, reduzindo assim sua ação no apoio à acumulação de capital e à reprodução da força de trabalho. O planejamento global e o urbano, que face aos seus limites estruturais e conjunturais tinha mantido sempre um caráter predominantemente ideológico e demagógico, perde cada vez mais apoio entre as expressões políticas da burguesia e, ao mesmo tempo, vê desaparecer alguns dos seus escassos instrumentos reais de ação, agora substituídos pela ação individual do capitalista, pelo "livre jogo das forças do mercado" e pelo livre arbítrio da especulação.

Em um plano mais global, o processo, natural do capitalismo em todas as formas, de concentração e centralização do capital e sua expressão territorial, continua seu curso, impulsionado pela crise. Porém, também alcança as denominadas "cidades médias", em muitos casos já integradas em grandes subsistemas urbanos (conurbação), nos quais desaparece sua autonomia relativa e se homogenizam as economias de aglomeração. Este processo é significativo em países como o México, que assumiu a política transnacional de orientação para as exportações (a "taiwanização"), devido às condições de localização, às vantagens trabalhistas relativas, às condições de exploração e aos incentivos e vantagens fiscais. As políticas de descentralização impulsionadas pelos governos acompanham, de longe e com atraso, o movimento dos capitais, acumulando novas vantagens às que já foram obtidas pelas empresas nas suas localizações. Definitivamente, trata-se de uma descentralização concentrada que reproduz, em maior escala, o nível de concentração inicial.

Os governos das grandes cidades fazem parte dos grandes devedores dos banqueiros internacionais na medida em que, na época do crédito fácil e barato, contraíram dívidas multimilionárias para concretizar as obras públicas necessárias à acumulação capitalista; uma parte mínima da criação de condições gerais para a reprodução da força de trabalho, na medida das necessidades do capital e de sua própria legitimidade; as obras suntuosas para a burguesia; e para o próprio funcionamento do aparato estatal, modernizar os aparatos repressivos e alimentar a corrupção e o enriquecimento das suas burocracias. Hoje, quando a situação troca de signo, "socializa-se" a dívida, mediante cargas fiscais adicionais, necessárias ao pagamento do serviço da dívida, e uma redução paralela no número e qualidade das ações destinadas às massas trabalhadoras urbanas.

Em síntese, a crise aprofunda às contradições sociais próprias do capitalismo, expressas pela estrutura urbana, e gera outras novas que, pela própria duração da fase recessiva, tendem a constituir-se em novos componentes estruturais. A cidade do capitalismo semi-colonial faz-se mais contraditória, mais desumana e inabitável para os trabalhadores; mais distante do que poderia ser a moradia humana, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas.

### **III. A crise, a teoria e a pesquisa urbana**

No princípio da década de 60, já era evidente na América Latina as profundas contradições que acompanhavam o desenvolvimento capitalista semi-colonial, entre elas as referentes as migrações rural-urbano, o acelerado processo de urbanização, seu caráter concentrador, o crescimento urbano anárquico e rápido e os problemas que este engendrava em termos de



carências e penúrias para os setores populares e particularmente para os recém-chegados do campo. Ao mesmo tempo, começava a manifestar-se os limites de crescimento econômico baseado na denominada "industrialização por substituição de importações". Ele determinou a necessidade, para os governos da área – com apoio da potência hegemônica imperialista e seus programas de ajuda (Aliança para o Progresso, em particular), de encontrar explicações para estes fenômenos. Nesta abrangência e na do liberalismo reformista, cuja ideologia dominava a dos partidos políticos burgueses e a burocracia no poder, surge a **"Teoria da Dependência"** desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, organismo paragovernamental, enquanto que paralelamente é gerada nas universidades e centros de investigação preocupados com os problemas sociais e urbanos a **"Teoria da Marginalidade"**, síntese ideológica das principais correntes da sociologia, antropologia e urbanismo norte-americanas, adaptadas a situação do "subdesenvolvimento". A resposta dada pelos intelectuais de esquerda, que assumiam os interesses dos setores populares engendrados e golpeados por este processo, foi rápida; a crítica a estas duas teorias oficiais deu origem a variante **radical da dependência** (20), a da "marginalidade estrutural", e apoiando-se nas duas surgiu a **"urbanização dependente"**. Irmãs nos conflitos das primeiras e ainda delas prisioneiras, tratavam de romper seus laços sem conseguí-lo de todo, mediante a utilização dos instrumentos do materialismo histórico, da política impulsionada pela revolução cubana e dos movimentos de esquerda em suas diversas orientações.

A teorização da dependência radical após duas décadas de debates, continua sobrevivendo nas explicações sobre o desenvolvimento latino-americano apesar de suas evidentes limitações teóricas e metodológicas, colocadas claramente pelos seus principais críticos. No que se refere à "marginalidade estrutural" e à "urbanização dependente", que estão apoiadas estreitamente na primeira, estas começaram a nutrir-se, em fins da década com abordagens vindas da Europa onde a "destalinização" formal havia aberto caminho para o estruturalismo althusseriano, a "teoria do capitalismo monopolista de Estado", para os partidos eurocomunistas e uma revalorização da análise urbana em nome do marxismo, explicável pela agudização da problemática derivada do evidente término da fase de expansão capitalista.

Desde o começo da década, a investigação urbana de esquerda esteve marcada pela influência dominante das teorizações da corrente européia eurocomunista, que tendo Castells como figura principal, repassava à América Latina suas proposições, apoiando-se acriticamente nas teorias radicais de dependência e na marginalidade estrutural. Como aspectos positivos desta transposição teórica devemos assinalar tanto o desenvolvimento da crítica às interpretações burguesas e oficiais da problemática urbana, como os questionamentos que abriam a investigação e a reflexão teórica. Contudo, as contradições teóricas de que era portadora (21) e os evidentes problemas de utilização do trabalho sobre a realidade concreta, levou muitos pesquisadores a fazer seu próprio caminho de busca interpretativa e teórica, de forma independente da amplamente divulgada teorização eurocomunista e a que alguns, iniciassem sua crítica parcial ou globalmente (22).

No momento atual uma combinação de processos sociais torna mais evidente a necessidade de desenvolver a crítica às correntes da dependência, marginalistas, estruturalistas e eurocomunistas (independente do fato de que seus autores já não se reconhecem como tal) para chegar-se a uma reproposição da teoria e do método, para analisar a relação sociedade-território (incluindo a questão urbana) teoricamente coerente e empiricamente útil para analisar nossas realidades concretas.



A crise, como a outra face contraposta do desenvolvimento capitalista, não demonstra sinais de poder ser controlada pelas políticas de austeridade e reconversão, colocadas em prática pelos governos com este fim; o que indica que a extensa fase de recessão das economias latino-americanas continuará seu curso, agora sob o padrão de uma tendência recessiva das economias desenvolvidas dominantes que, ao se materializarem como tudo parece indicar, arrastará as semicoloniais e semi-industrializadas a uma recessão mais profunda, sem que estas tenham conseguido sair da anterior. Ela acentuará o caráter estrutural, permanente, de muitas contradições sociais manifestadas na urbanização latino-americana. Tendo iniciado seu desenvolvimento durante a fase de expansão da economia, a investigação urbana crítica dava ênfase aos problemas gerados pelo **desenvolvimento capitalista** e, para isso, apoiava-se fundamentalmente naqueles aspectos da teoria que explicavam a reprodução e a acumulação do capital. Na fase atual, a persistência da crise e as modificações estruturais que vem gerando, fazem com que a ênfase deva ser colocada naqueles elementos da teoria, que nos permitam explicar a outra face do capitalismo: sua **Crise**.

O neoliberalismo como concepção política e econômica agora dominante no mundo capitalista tanto desenvolvido como atrasado, e na América-Latina tal consequências importantes sobre a problemática urbana, a teoria e a investigação. O crescente curso da intervenção estatal na base material da sociedade (economia, território, estruturas urbanas) observado no passado foi revertido, dando lugar ao "livre jogo das forças econômicas", porém situado no ponto de uma maior concentração monopolista do capital, com dominância do estrangeiro. Esta mudança na tendência histórica à médio prazo afeta duplamente o campo da investigação urbana e da teoria que lhe dá conta. De um lado, a planificação e as políticas urbano-regionais prospectivas perdem importância no discurso ideológico e na prática política do Estado dando lugar a respostas pragmáticas do movimento da economia e da sociedade em crise. De outro, a privatização ou a racionalização capitalista reduzem os instrumentos de ação do Estado no urbano-regional, que era realizado através das empresas capitalistas do Estado nas condições gerais de reprodução da formação social, e das instituições encarregadas de transferir o salário indireto mediante o fornecimento das condições gerais de reprodução da força do trabalho. Pelas mesmas razões, aquelas teorias que supunham um curso ascendente da intervenção do Estado como tendência estrutural irreversível do capitalismo (teoria do C. M. E.) e as urbanas nelas apoiadas, distanciam-se do real e perdem vigência como tais.

A análise da fase recessiva atual põe em evidência a complexidade das relações entre os países imperialistas, semi-coloniais e semi-industrializados, a dialética entre a autonomia e heteronomia, as mutuas determinações entre determinações internas e externas, as sincronias e assincronias entre seus círculos econômicos e políticos, realidades que não são interpretadas nem solucionáveis pela teoria da dependência. Esta incapacidade se torna mais evidente quando se transpõe suas hipóteses de análise dos processos territoriais (urbano-regionais) que expressam em sua combinação desigual tanto a totalidade e seus elementos dominantes, como cada uma das partes da formação social. Na prática, a teoria da dependência foi licenciosa na análise econômica e política, pela necessidade de explicar uma realidade que não conseguiu desvendar; um processo similar está se dando na análise urbana e parece necessário aprofundá-la e simultaneamente sistematizar suas implicações teóricas e metodológicas.



O crescente desemprego gerado pela crise e as políticas para superá-lo; o fluxo de trabalhadores para o exército de reserva, a pauperização crescente dos trabalhadores em atividades e seu nivelamento com aqueles que se encontram fora do aparato produtivo, a submissão das formas de subsistência ao capital, tanto no intercâmbio como na reprodução da força de trabalho, a generalização dos efeitos da crise a todos os componentes da formação social, e outros processos reais, são novas razões para o abandono da teoria da marginalidade ainda que em sua versão estruturalista radical, e portanto, de qualquer colocação dualista sobre a sociedade e as cidades latino-americanas. Apesar da aparência em contrário, o retorno criativo aos conceitos e ao método do materialismo histórico clássico se mostra o mais adequado a sua explicação. Na teoria, o novo não é bom por ser novo, nem o velho mau por ser velho; é a realidade que se encarrega do verdadeiro julgamento.

Em muitos países da área, o retorno da vigência da democracia burguesa em sua forma semi-colonial, após muitos anos de ditaduras bonapartistas (algumas delas progressistas), significou uma grande inversão de força das massas; em alguns países (Chile, Paraguai, Haiti, América Central) a luta popular segue seu curso sem que este objetivo democrático tenha sido alcançado. Contudo, a democracia reinstaurada ainda que tenha chegado a manifestar uma certa autonomia e a capacidade de negociação com o imperialismo financeiro em torno da dívida e maior ou menor grau de aplicação da austeridade, não modificou substancialmente a forma de enfrentar a crise, colocando todo o seu custo sobre as massas trabalhadoras. A crise econômica conseguiu reativar o movimento de massas, incluindo a de favelados e inquilinos pobres, porém essencialmente de forma conjuntural e por reivindicações econômicas ou pela reconquista das liberdades democráticas formais, e mantendo-se em um nível defensivo. A mesma coisa acontece com o movimento de favelados e inquilinos pobres; limitado ainda mais por suas particularidades e contradições (23). Ao nosso ver, nem na prática, nem na pesquisa, conseguiu-se solucionar as questões fundamentais sobre o movimento de favelados e inquilinos pobres desfavorecidos, sua relação com o restante do movimento de massas e o político, no interior da crise econômica generalizada e da cristalização da luta política no campo democrático.

A crise e as políticas de austeridade deram um golpe muito importante na pesquisa urbana como um todo, e mais particularmente naquela que assume posturas críticas, o que vem a se somar a golpes mais duros do passado, quando as ditaduras cobriram o mapa latino-americano. Ainda que politicamente a situação atual permita uma maior liberdade teórica-ideológica, a austeridade pressuposta na universidade e nos centros autônomos limita drasticamente os recursos econômicos. A investigação urbana crítica enfrenta agora uma problemática mais ampla e complexa, como resultado da agudização dos processos contraditórios surgidos durante o auge, e a transformação em estruturais das novas tendências determinadas pela crise, austeridade e reconversão, enquanto que seu campo de ação tende a se tornar limitado.

Uma conquista importante também questionada pelas limitações materiais, é a entrada da problemática urbana-regional nos meios de comunicação de massa, respeitando em certos casos a liberdade de crítica, o que abre um novo campo de difusão ampliada dos resultados da investigação, caminho que consideramos promissor para romper o cerco acadêmico em que esta geralmente se viu confinada.



A complexidade e a mudança contínua dos dados da realidade, o acesso a novas técnicas para sua manipulação, a "desilusão" pela baixa "rentabilidade" imediata da pesquisa, ou pelo curso dos "modelos" do mal chamado "socialismo real" conduziram, e podem fazê-lo com mais ênfase no futuro, ao retorno de velhas e novas formas de empirismo. Cremos ser necessário chamar a atenção sobre esta tentação, pois não existe pesquisa neutra nem carente de uma teoria ou ideologia que lhe dê suporte. A recolocação teórico-metodológica que consideramos necessária não passa, como sustentam alguns, pelo abandono do materialismo histórico-dialético. Este já demonstrou suficientemente sua capacidade de resposta e desmistificação das ideologias burguesas, e a sua utilidade e potencialidade para interpretar e explicar os processos reais, sendo durante mais de duas décadas a fonte básica de desenvolvimento da pesquisa no continente. O capitalismo continua sendo isso, capitalismo; e suas óbvias transformações não mudam sua essência nem tornam obsoleta a teoria e o método que o explicam. Terminada a euforia do longo período de auge com a manutenção da recessão, o materialismo, entendido como método e não como receituário, aparece com toda sua força explicativa para enfrentar as novas problemáticas. Obviamente muitas teorias e muitos teóricos abrigaram-se sob ele e foram negados pelos processos reais; porém isso não é responsabilidade do materialismo histórico-dialético, mas de nossa apropriação e uso ideologizado ou idealista (burguês). Existe uma crise das teorias "regionais" e "urbanas" e dos teóricos, porém ela não compromete nem torna obsoleto o materialismo histórico.

A crise parece se reproduzir na pesquisa urbana, porém não pela ausência de problemáticas a reconhecer, interpretar, teorizar e resolver; mas porque está questionando as teorias consagradas, está debilitando os elos da ligação com seus usuários, o Estado, ou os movimentos políticos e de massa (segundo a ideologia e o compromisso dos pesquisadores) e porque está fechando os meios de comunicação tradicionais e os seus âmbitos de difusão. Contudo, nunca antes havia sido tão crítica a situação das massas populares urbanas nem tão agudas as contradições das estruturas sociais, da natureza e das formas físico-territoriais que constituem nosso objetivo de estudo.

México, D. F. a 15 de julho de 1987

## NOTAS

- (1) Para um melhor desenvolvimento, ver: PRADILLA COBOS, Emilio - *Capital, Estado y Vivienda en América Latina*. México, D.F. - Editorial Fonatamara, 1987, capítulo VI: "Crisis económica, políticas de austeridad y degradación de las condiciones de vida en las ciudades latinoamericanas".
- (2) Ver: MANDEL, ROBERTS, PETRAS, RODHES e FRANKEL - *Crisis y "Recuperación" de la economía mundial*. Bogotá, Editorial Pluma, 1976; MANDEL, Ernest *La crisis 1974-1980*. Era México, D.F. México, 1980. MANDEL, Ernest: "1980-1982: segunda recesión generalizada de la economía capitalista internacional". In **LA BATALLA** Nº 1, Dezembro 1982, Janeiro 1983. México, D.F., WOLF, Winfried - "La peor crisis económica mundial desde la gran recesión". In **LA BATALLA**, nº 5 agosto-setembro 1983, México, D.F. MANDEL, Ernest - *La teoría marxista de la crisis y la actual depresión económica*. MANDEL, Ernest - *Recuperación y crisis financiera agravada*. ALVATER, Elmar - *Una recuperación malsana*. FROBEL, Folker, HENRICH, Jürgen e KREYE, Otto: "La crisis: recuperación, salida o recaída". In **Coyacan**, nº 17/18, Jan/Jun 1985, México, D.F.. WOLF, Winfried: "La chute du dollar". In **IMPRECOR** nº 195, 29 abril 1985, Montreuil, França; MANDEL, Ernest: "La situation économique mondiale au debut de 1985", In **IMPRECOR**, nº 193, 1 de abril 1985. Montreuil, França. PROWSE, Michael: *Un año poco propicio para la austeridad*; MC CRAKEN, Paul W.: *Hacia una desintegración económica mundial*; DRUCKER, Peter F. "La nueva economía mundial". In



**CONTEXTOS** nº 76, Março 1987, SSP - México, D.F.; BRADLEY, Pamela "Prevén un crecimiento económico sostenido pero moderado en la OCDE" In **ECONOMIA NACIONAL** nº 83, abril 1987, México, D.F., UTT. RONALD e ORZECOWSKI, Willian "perspectivas internacionales sobre el crecimiento económico" In **ECONOMIA NACIONAL**, nº 84, maio 1987, México, D.F.; MANDEL, Ernest "Las consecuencias sociales de la crisis económica en la Europa capitalista" In **LA BATALLA**, nº 15, Junho/Julho 1986, México, D.F., MANDEL, Ernest: "O Minirecesión o recesión prolongada ?" In **LA BATALLA**, nº 17, Dez 1986/Janeiro 1987, México, D.F.

- (3) Ver NAÇÕES UNIDAS - *Estudio económico de America Latina - 1970*. New York, 1971.
- (4) Para um maior desenvolvimento ver: PRADILLA COBOS, Emilio "Desarrollo capitalista dependiente y proceso de urbanización en América Latina" In **REVISTA INTERAMERICANA DE PLANIFICACION**, nº 57, Março de 1981. SIAP, México, D.F. PASSOS, Alcor "Tendencias y dirección del crecimiento urbano en América Latina entre 1950 y 1970". In **REVISTA INTERAMERICANA DE PLANIFICACION**, nº 24, Dezembro de 1972, Bogotá; TOKMAN, Victor E. - "Empleo y distribución del ingreso en América Latina. Avance o retroceso ?" In **REVISTA INTERAMERICANA DE PLANIFICACION**, nº 50-51, Junho/Setembro de 1979, SIAP, México, D.F.
- (5) Para este período, ver os informes anuais da Comissão Econômica para América Latina - CEPAL - La economía de América Latina, publicada pela revista **COMÉRCIO EXTERIOR** Vol. 28, nº 2, Fevereiro de 1978, Vol. 29, nº 3, Março de 1979, Vol. 30, nº 3, Março de 1980, Vol. 31, nº 2, Fevereiro de 1981, Vol. 32, nº 3, Março de 1982, Vol. 35, nº 2, Fevereiro de 1983, Vol. 34, nº 2, Fevereiro de 1984, Vol. 35, nº 2, Fevereiro de 1985, Vol. 36, nº 2, Fevereiro de 1986. **SOCIEDADE INTERAMERICANA DE PLANIFICACION - Correo Informativo** nº 12-13, Vol. 11, Janeiro-Setembro 1976, Vol. 12, nº 3 Julho a Dezembro 1978, Vol. 22, nº 1 Janeiro/Março 1987. México, D.F. (informação básica tomada do CEPAL). Ver também: LINCHTENSTEIN, Samuel "De las políticas de estabilización a las políticas de ajuste" In **ECONOMIA DE AMÉRICA LATINA** nº 11, 1º semestre de 1984, Centro de Economía Transnacional, Instituto de Estudios Económicos de América Latina. CIDE. México, D.F. GUILLEN ROMO, Héctor "la deuda, el FMI y el dogma de la austeridad" In **CUADERNOS POLITICOS**, nº 40, Abril-Junho 1984, México, D.F. BROTZ, Jeffrey "La deuda latinoamericana y los ciclos de la economía mundial." In **LA BATALLA**, nº 13, Novembro/Dezembro 1983, México, D.F.
- (6) CEPAL (Norberto González) "Balance preliminar de la economía latinoamericana en 1985". In **COMERCIO EXTERIOR**, Vol. 36, nº 2, Fevereiro de 1986. Banco Nacional de Comercio Exterior, México, D.F. pg. 117, quadro 11, e **UNO MAS UNO**, 8 de julho de 1987 "La peor caída en un siglo en el precio internacional de las materias primas" México, D.F.
- (7) CEPAL "Balance preliminar..." Op. cit., pg. 115, quadro 9.
- (8) IDEM, pg. 20, quadro 16, e **EL FINANCIERO** "casi 400 mil millones de dólares, deuda de América Latina" 9 de julho de 1987, México, D.F.
- (9) **LA JORNADA** 9 de Novembro de 1984, México, D.F.
- (10) CEPAL - op. cit. pg. 106, quadro 1.
- (11) Para o desemprego urbano ver IDEM pg. 109, quadro 4.
- (12) IDEM, pg. 111, quadro 6.
- (13) **UNO MAS UNO**. Hay 130 millones de pobres en America Latina, señala un informe del PNUD, 12 de Julho de 1987, México, D.F. **UNO MAS UNO** - 35,5 millones de menores de seis años viven en condiciones de pobreza en America Latina, 5 de junho de 1987, México, D.F.
- (14) Ver KALMANOVITZ, Salomón - *El desarrollo tardío del capitalismo* - Siglo XXI, Bogotá, 1983, Cap. IX; LICHTENSTEIN, Samuel "De las políticas..." Op. cit. SANCHEZ MARTINEZ, Hilda, MIRANDA L., José Luis e VARGAS G., Claudio: "Políticas económicas en la actual crisis latinoamericana. Un



análisis instrumental". In **ECONOMIA DE AMERICA LATINA** n° 11, 1º semestre 1984, Centro de Economía Transnacional, Instituto de Estudios Económicos de América Latina, CIDE, México, D.F. LUNA, Lucía "Destrozos económicos y políticos, huella del FMI en América Latina". In **PROCESO**, n° 304, 30 de agosto de 1982, México, D.F.

- (15) DE LAROSIERE, Jacques - ( Director Geral do Fundo Monetário Internacional) Discurso ante el XL Congreso del Instituto Internacional de Hacienda Pública, n° 55, Novembro de 1984, México, D.F.
- (16) Gary SCHILLING - Las actuales condiciones en E.U. son similares a las que provocaron la depresión de 1929. In **EXCELSIOR**, 23 de Março de 1987, México, D.F. **UNO MAS UNO**, 11 de julho de 1987 "La economía mundial al borde de la recesión general, conable." México, D.F. **EL FINANCIERO** "Sombrio panorama en la economía mundial" PEREZ DE CUELLAR, 10 de Julho de 1987, México, D.F. **EL FINANCIERO** "Un nuevo gran crack en puerta. Cualquiera puede ver los signos ominosos" Raul BARTRA. 6 de Julho de 1987, México, D. F.
- (17) Lamentavelmente não dispomos de estatísticas sistemáticas atualizadas, de informação empírica conjuntural sobre esta temática para o conjunto da região, o que nos obriga a colocar tendências derivadas dos fatos econômicos e políticos, observáveis na realidade ou legíveis na informação fática não quantificável.
- (18) Já são muito numerosos os trabalhos que pesquisaram sobre o problema da habitação nos países latino-americanos, realizados por Martha Schteingart, Oscar Nuñez, Priscilla Connolly, Mario Lungo, Samuel Jaramillo, Teolinda Bolívar, Alberto Lovera, Lucio Kowarick, Luis Alvarado, Alfredo Rodríguez, Gustavo Riofrio, Diego Carrón, Gaytán Villavicencio e muitos outros. Ver PRADILLA COBOS, Emilio (org.) - *Ensayos sobre el problema de la vivienda en América Latina*. Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México. D.F., 1982.
- (19) Sobre a análise crítica da autoconstrução como prática e como política, ver PRADILLA, Emilio - *Capital, Estado...* cap. IV - "Autoconstrucción, explotación de la fuerza de trabajo y políticas del Estado en América Latina".
- (20) Para uma análise crítica das variações da teoria da dependência, sob o ponto de vista do materialismo histórico, ver KALMANOVITZ, Salomon - *Ensayos sobre el desarrollo del capitalismo dependiente*. Editorial Pluma, Bogotá, Colombia, 1977; e do mesmo autor - *El desarrollo tardío del capitalismo*- Siglo XXI, Bogotá, Colombia, 1983.
- (21) Colocadas de graça pela crítica ao estruturalismo althusseriano, a da teorização do capitalismo monopolista de Estado e a da política dos partidos euro-comunistas, cujos fracassos arrastaram consigo as suas fontes teóricas, assim como pelo neoliberalismo nos países imperialistas e as práticas de seus partidos no poder.
- (22) No que diz respeito ao meu trabalho, ver "Contribución a la crítica de la teoría urbana, del "espacio" a la "crisis urbana". Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México, D.F., 1984 e *Capital, Estado y...* op. cit., cap. V "mitos y realidades de los llamados movimientos sociales urbanos".
- (23) PRADILLA COBOS, Emilio - *Capital, Estado y...*, op. cit., cap. V "mitos y realidades de los llamados movimientos sociales urbanos"